



Ministério
Público
f.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 711162
Natureza: Processo Administrativo
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada
Apenso: Recurso Ordinário n. 851244

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Processo administrativo decorrente de inspeção ordinária realizada na Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, objetivando examinar os atos administrativos e as despesas sujeitas a procedimentos licitatórios, inexigibilidades e dispensas de licitação, no período de janeiro de 2003 a outubro de 2004.

Acórdão de 14/12/2010 (f. 4563/4565) constatou irregularidades e aplicou multa no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) e determinou a restituição do valor total de R\$ 10.170,89 (dez mil cento e setenta reais e oitenta e nove centavos) ao Sr. José Emílio Ambrósio, Prefeito Municipal à época.

Interposto o Recurso Ordinário n. 851224, foi conhecido, e, no mérito, teve negado seu provimento (f. 4590/4591).

A decisão de 14/12/2010 transitou em julgado em 23/04/2014, conforme certificado à f. 4592.

À vista do pagamento voluntário da multa, foi emitida a Certidão de Quitação n. 301/2015 (f. 4638).

Em face da ausência de recolhimento da restituição, foi emitida a Certidão de Débito n. 367/2015 (f. 4641/4642), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP n. 711162R463, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 12, I, e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2015.

Mônica Fonseca Almeida Santos

Coordenadora de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas ¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 08/2015, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 11/09/2015